

O PLANEJAMENTO URBANO POR OLHARES FEMININOS E FEMINISTAS: ciência e cidade a partir das desigualdades de gênero

Isabela Rapizo Peccini

Mestranda em Planejamento Urbano e Regional

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | UFRJ

1. Ciência Sob Perspectiva: a falácia da neutralidade e a crítica feminista à Ciência Moderna

Se vivemos uma sociedade pautada por sistemas fincados nas desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade e são esses sistemas que definem as estruturas e pautam as relações entre as pessoas que constroem e vivem essa sociedade, há de se esperar que o que é produzido por essas pessoas e grupos sociais em termos de conhecimento e prática possa funcionar como elemento agente de manutenção das desigualdades frutos destes sistemas. Desta forma, as relações sociais pautam as produções e ações. Porém, não é esse o entendimento adotado historicamente pelos cientistas.

A Ciência Moderna se estabelece através do pensamento Iluminista pautando como determinante a consolidação de uma verdade, a produção de um conhecimento científico neutro através da definição de uma autoridade científica que se destaca da pessoa comum, ou seja, estabelecendo um conhecimento científico puro desenvolvido por um ser - o cientista - imparcial perante o resto da sociedade. A neutralidade é construída como elemento essencial para a verdade.

A dominação dos corpos é preocupação da Ciência em todos os processos de estruturação dos sistemas sociais desde o século XVI. Se iniciando no período de acumulação primitiva e consolidação do capitalismo juntamente ao período de caça às bruxas na Europa e avanço da dominação europeia sobre territórios americanos e africanos, assim como a aproximação ideal do corpo com a máquina e o distanciamento do que é natural que se dá nesse processo, corrobora para a dominação do que vem a ser a classe trabalhadora, das mulheres enquanto responsáveis pela reprodução biológica, dos povos colonizados como submissos¹. Dessas associações se funda, nos

¹ Para saber mais sobre o processo de acumulação primitiva, suas relações com a concepção de Ciência Moderna e a relação de ambos com a construção do feminino e das desigualdades de gênero ver FEDERICI, Silvia. Calibã e a

dois séculos seguintes, a imparcialidade como necessária à produção científica e a deslegitimação de características que fogem a esta suposta neutralidade. A associação à razão, que estabelece a ciência no lugar da neutralidade, é atrelada ao masculino, enquanto a emoção é associada ao feminino e descredibilizada como produção válida². Essas associações se estendem a outros pares conceituais, como a relação sujeito e objeto, objetividade e subjetividade, agente ativo ou passivo, o poder da mente e da natureza, sempre mantendo essas características nos espectros masculino e feminino assim como branco e negro, respectivamente. Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2001) nos apresenta essas associações em um exemplo dado pela autora e professora de História da Ciência Londa Schienbinger:

*Um caso ilustrativo de como essa dicotomia tem permeado as construções ditas científicas nas ciências naturais nos é oferecido por Londa Schienbinger (1996). De acordo com essa autora, a associação do feminino com a natureza e do masculino com a mente se faz presente no *Systema naturae* de Carolus Linnaeus – precisamente, na sua designação da espécie humana como *Homo sapiens* (“homem sábio”), ao mesmo tempo em que situa nossa espécie na classe dos mamíferos ou *Mammalia*. De acordo com Schienbinger (1996, p.144): “Na terminologia de Linnaeus, uma característica feminina (a *mama lactente*) liga os seres humanos aos brutos, enquanto uma característica tradicionalmente masculina (razão) marca a sua separação”. (SARDENBERG, 2001, p. 9)*

Identifica-se, então, que o cientista capaz de supostamente produzir esse conhecimento dito neutro, na verdade, é um ser localizado, é parte ativa de um contexto histórico, político e social. Ele é homem, ele é branco, ele é heterossexual e reproduz um comportamento heteronormativo. Nesse contexto, a própria ciência se constrói como um projeto social como qualquer outro, parte das relações de poder instituídas nos sistemas vigentes. Acionando autoras e autores como Stengers (1949), Sardenberg (2001), Harding (1987) e Fanon (2008) faz-se, aqui, a reflexão crítica acerca da estruturação da Ciência Moderna e se faz coro à construção de uma epistemologia feminista e antiracista no fazer Ciência, uma epistemologia que identifique a necessidade de localização dos discursos e de afirmação das mulheres e pessoas negras enquanto sujeitos ativos e não somente como objetos de pesquisa.

Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

² A associação da emoção ao feminino é, inclusive, historicamente sustentada pela própria Ciência através do campo da Medicina. Até o século XIX, o diagnóstico da histeria era exclusivamente feminino. A medicina inglesa listava 75 sintomas que envolviam irritabilidade, insônia, dores de cabeça, ansiedade e atos de “desobediência” como características da histeria, que, por fim, estaria ligada à uma disfunção do útero das mulheres. O tratamento para esta doença era a manipulação do órgão sexual feminino pelo médico, ou seja, a masturbação das mulheres em consultório. A associação biológica e patológica desses sintomas cunhou a ideia das mulheres como seres naturalmente emotivos e irracionais.

A reflexão que se segue é de como, então, construir, em uma Ciência que se configura pela separação desigual entre homens e mulheres, uma epistemologia feminista. Marca-se a necessidade de uma quebra de paradigma, uma reviravolta no modo de enxergar a realidade. Não haveria como incluir as mulheres na produção científica se, por princípio, a estrutura dessa produção as exclui. Se o gênero é fator determinante para a possibilidade de produção de conhecimento e das características desse conhecimento de forma a exaltar determinada produção e subjugar outra, ele funciona como uma expressão de poder. A crítica feminista, nesse contexto, vai além da questão da inclusão das mulheres no pensar, mas quer tratar da exclusão das mulheres tanto na construção como no conteúdo da Ciência. Por fim, se coloca o questionamento de, não só por quem, mas com e para quem se dá a produção de conhecimento validada na Modernidade. Na construção dessa quebra de paradigma, ou da epistemologia feminista da Ciência, o gênero passa a ser uma categoria de pensamento, uma possibilidade de abordagem no produzir conhecimento. Este trabalho parte, então, da ativação dessa categoria para a análise dos espaços e das relações estabelecidas nele, em um esforço de buscar uma forma de ativar o pensamento científico não como uma verdade absoluta, mas como uma construção contínua e em transformação, uma construção propositiva.

2. Ser Mulher: trabalho, educação e cidade

Nessa Ciência universalista construída na Modernidade e pautada, então, pelo olhar de um ser localizado e dotado de poder – o homem branco, se desenvolve um processo de desumanização das pessoas fora desse padrão, uma retirada de legitimidade de suas falas e vivências, as excluindo do lugar da “autoridade científica”. A autoridade científica só o é se não perpassada por suas próprias vivências e acúmulos, mas será isso possível? Esse é um processo que se dá de forma profunda quando se compara os percursos das mulheres brancas aos de homens brancos nos espaços acadêmicos e de trabalho e de forma ainda mais profunda quando se trata das mulheres negras. Ainda mais profunda porque, se entendemos que há um impacto direto das diversas estruturas de poder no produzir conhecimento, devemos buscar entender, também, quando e como se dão as sobreposições dessas estruturas. Kimberle Creanshaw (2002) irá fundar o conceito da interseccionalidade, que nada mais é do que a construção de uma abordagem da diferença dentro da diferença, da desigualdade dentro da desigualdade.

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. O segundo objetivo é enfatizar a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras. A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras

não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (...) A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. (CREANSHAW, 2002, p. 8 e 10)

A interseccionalidade é, portanto, a visibilização das múltiplas identidades e consequentes tipos de relações que poderão ser marcados por diferentes tipos de violências. A operação do pensamento precisa, nesse sentido, trocar o “ou” pelo “e”, deixar de lado as simplificações e abarcar as complexidades do ser. Esse conceito irá nos ajudar a entender as intersecções entre as diversas opressões vividas pelas diversas mulheres, assim como os seus rebatimentos no espaço da cidade.

Bell Hooks (2013) falará da experiência negra no espaço da produção de conhecimento e do quanto entrar em uma Universidade, por exemplo, é deixar para trás a sua vivência e iniciar um caminho pautado por termos pré-definidos pela academia, uma experiência de tensão. Pensar a Universidade como um espaço multicultural passa a ser um pensamento por um lado falacioso e por outro desafiador, de modo que, na prática, o que se dá é, como colocado por Hooks, uma nova roupagem do colonialismo, uma imposição da hegemonia sobre os corpos e mentes que fogem ao padrão da branquitude, da masculinidade e da heteronormatividade. Estar nesses espaços é, portanto, um ato político, um ato de afirmação de sua humanidade, de seus direitos e de disputa da educação como uma prática de liberdade.

De acordo com último Censo da Educação Superior, realizado em 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as mulheres ocupam 57,2% das vagas de estudantes matriculados em cursos de graduação. Porém, ao analisar os dados das vagas docentes nas universidades, vê-se que a proporção se torna oposta, sendo as mulheres 45,5% das professoras. Tratando especificamente da experiência de pessoas negras nesse espaço, José Jorge de Carvalho (2006) identifica dados, ainda hoje, mínimos de acesso dessa população aos cargos de docência e pesquisa nas universidades brasileiras, não passando de 1% nas principais universidades como UFRJ, USP, UNB, UFMG, UFRGS e outras. Esses dados nos mostra que, por um lado, as mulheres estão conquistando seu lugar na academia, sendo elas mulheres brancas, mas não seguem nesse espaço enquanto profissionais. Além de que, apesar das políticas de ações afirmativas e do aumento do número de estudantes pretos e pardos, ainda não se identifica uma transformação no cenário docente das universidades em termos de raça, sendo os principais produtores de conhecimento científico do país, portanto, homens brancos.

Essa reflexão é de extrema importância para se pensar tanto a constituição de uma epistemologia feminista na Ciência como para se pensar, especificamente, a produção de conhecimento acerca do espaço e a própria construção do espaço concreto no âmbito do Planejamento Urbano. Se há localização dos seres que pensam o conhecimento e as instituições de trabalho e ensino se mantêm, majoritariamente, sob as mãos e o olhar de um único grupo social, será improvável que demandas de outros grupos sociais sejam contempladas nestas produções, afetando diretamente e de forma prática a vida de mulheres, pessoas negras e pobres em todos os âmbitos que se desenvolvem a partir da produção científica.

Hoje, as mulheres constituem 45,5% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, havendo um crescimento gradativo deste dado nas últimas décadas. Apesar disso, a condição da inserção delas no mercado de trabalho ainda se dá de forma desigual. As mulheres, de maneira geral, ocupam esse espaço através dos empregos mais precários, informais ou em domicílio, ou ainda, recebendo salários mais baixos que o dos homens por funções iguais (SILINGOWSCHI, 2007). Data-se de 1919 a decisão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinando salários iguais para homens e mulheres exercendo funções iguais. Porém, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014 (PNAD 2014) realizada pelo IBGE, as mulheres recebem ainda 75% do salário dos homens em mesmas funções no Brasil.

Essa inserção desigual se dá como consequência e manutenção da lógica que designa à mulher a responsabilidade do trabalho doméstico e de discriminações e restrições sofridas por elas historicamente. Ao mesmo tempo em que constituem quase metade da população economicamente ativa, o tempo de trabalho doméstico semanal para mulheres é de 21 horas, enquanto para os homens é de 10 horas semanais³. Ou seja, ainda hoje, mais da metade da responsabilidade do trabalho doméstico permanece nas mãos femininas. Mesmo quando esse trabalho é terceirizado para as mãos de alguém externo à família, em 86% dos casos o é para outras mulheres. No que diz respeito à escolaridade, apesar do nível de escolaridade de mulheres (18,8% graduadas) ser maior do que o de homens (11% graduados) no Brasil, vê-se que mulheres negras estão em maior número nas taxas de desemprego (13,3%), seguidas das mulheres brancas (11,6%), homens negros (8,5%) e homens brancos (7,8%).

Esse é, então, o cenário base das mulheres no que diz respeito a dois dos principais fatores estruturantes de suas vidas: trabalho e educação. A construção de seus papéis sociais como responsáveis pela casa e pela família lhes traz uma série de tarefas cotidianas que as impedem de dedicar-se mais intensamente à produção acadêmica e a trabalhos com maiores possibilidades de

³ Dados retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>

retribuição e crescimento, além de estabelecer duplas ou triplas jornadas de trabalho, entre trabalho produtivo e reprodutivo, em suas vidas. Essas responsabilidades e limitações (além de outros fatores de desigualdade e opressão) influenciam diretamente na construção do dia a dia das mulheres e, conseqüentemente, das possibilidades de atividades, percursos e uso do espaço da cidade em meio a suas tarefas. É pela relação entre trabalho, atribuições sociais do feminino e a cidade vivenciada que buscaremos, então, refletir sobre a concretude do espaço e a produção de conhecimento no âmbito do Planejamento Urbano.

3. Planejamento Urbano e gênero: aproximações

É a partir do entendimento da necessidade de inclusão das diversidades de experiências no pensar que se busca refletir, também, acerca da produção do espaço. A construção do sujeito padrão determina não só essa simbólica autorização para a produção de conhecimento científico, mas também determina um leque de experiências a serem consideradas como universais. Apontando, então, a desconstrução desse sujeito padrão e indo de encontro a uma falaciosa universalidade de pensamentos e vivências, não deverá ser possível pensar o espaço por uma única experiência ou visão. Esse debate é, portanto, essencial no campo do Planejamento Urbano, inclusive porque o que produzimos enquanto profissionais é também resultado da construção das relações sociais. Se todo conhecimento é localizado, não há como pensar que a produção do espaço e o desenvolvimento do campo do Planejamento Urbano enquanto campo de conhecimento tenha se dado até aqui de forma imparcial.

No contexto do Planejamento Urbano, vê-se a cidade como produto histórico, político e social da vida coletiva (Harvey, 2005; Rolnik, 1995; Maricato 2002), enfatizando a relação direta entre o que produzimos enquanto corpo social sob sistemas de desigualdades, a concretude do espaço e a particularização de vivências dos grupos sociais. Observar o urbano e suas relações à luz destas bases teóricas é visibilizar diferenças e reafirmar a necessidade de incluir, neste caso, mulheres enquanto sujeitos, agentes transformadoras e usuárias dos espaços em busca de cidades mais democráticas. A cidade não é um objeto estático, é produto e (re)produtora de relações sociais construídas ao longo dos tempos e contextos. Henri Lefebvre (2000) constrói o conceito de urbano a partir da existência, em seu espaço, dos conflitos sociais e, nesse sentido, denomina a cidade como o espaço social.

Os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem. Não são coisas, limitadas umas pelas outras, se chocando por seu contorno ou pelo resultado de inércias. (...) Resta compreender o que produz os diversos

movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias e táticas, de redes e lugares. (LEFEBVRE, 2000, p.76-77)

A cidade capitalista é o espaço do mercado e ao mesmo tempo é, em si, o mercado. Rolnik (1995) aponta que a cidade está à venda e é marcada pela segregação, que acontece fisicamente por muros, grades, pontes, placas; de forma abstrata, pela divisão de territórios diferentes por classes sociais, cor, gênero, idade; e também por funções, espaço do trabalho, da moradia, do lazer. No Rio de Janeiro (e em toda metrópole) existem diversas cidades em uma só e suas estruturas são essenciais para as estruturas da sociedade. A marca das desigualdades se dá através do espaço privado de vivência, a moradia, e também do espaço público pela falta de infraestrutura e recursos em certas localidades. Equipamentos públicos, áreas de lazer, saneamento básico, manutenção e serviços são pensados e distribuídos de formas diferentes para cada parte da cidade⁴, conformando os processos de valorização ou desvalorização dos espaços urbanos. De acordo com Maricato (2000), essas áreas menos valorizadas e que acabam, portanto, invisibilizadas na cidade podem ser entendidas como áreas de exclusão urbanística. As mulheres, por sua vez, sentem essa diferença de forma mais incisiva, visto que seu cotidiano é diferenciado em relação ao ser humano tomado como modelo.

O corpo feminino passa a ser “delimitado por uma moralidade a que os homens não são submetidos. Uma moral que nos localiza na cidade” (TAVARES, 2015, p.115) e que afirma que não pertencemos ao espaço público. Há um processo histórico que determina moralidade e espacialidade a partir do corpo feminino e que aproxima espaço privado à dignidade e espaço público à perversão. Assim, o imaginário de papéis sociais seleciona as possibilidades de vivência do espaço e de relações para cada grupo social, mantendo mulheres brancas de classes mais altas confinadas no espaço da casa, autorizando o uso da rua ao homem por sua responsabilidade de trabalho produtivo e marca as mulheres pobres e negras que vivem e precisam viver a rua por seus trabalhos como mulheres públicas, inferiores, indignas da moral estabelecida.

Essa relação, como vemos, transcende a questão de gênero e intersecciona-se com fatores de raça e classe. As mulheres negras historicamente ocupam o espaço público, mas o ocupam vistas somente como força de trabalho. Durante o processo de diáspora dos povos africanos ao Brasil,

⁴ A exemplo do que reflete a pesquisa de Sugai (2015, p. 181) que conclui, através da análise histórica da localização de investimentos do Estado em Florianópolis e região metropolitana que a “sua distribuição espacial [dos investimentos públicos] não ocorreu de forma geograficamente equilibrada, uniforme, homogênea ou determinada pelas demandas. Evidenciou-se também que a localização desses investimentos não ocorreu de forma aleatória e também não foi calcada apenas em decisões técnicas”.

como detalhado na pesquisa de Fernando Vieira sobre as quitadeiras no período colonial⁵, vemos que o ofício do comércio nas quitandas, realizado por mulheres negras, era parte essencial para o desenvolvimento econômico do país. Em Salvador, na metade do século XIX, 71% das mulheres negras livres trabalhavam no comércio de rua. O corpo dessas mulheres é, então, essencial para as relações econômicas da cidade mas, ao mesmo tempo, é colocado como corpo subjugado e desrespeitado ao ser visto como corpo feminino. Outro grupo de mulheres colocadas à margem da feminilidade são as mulheres trans e travestis, que também ocupam o espaço da rua, mas o ocupam sendo vistas como produto, como corpos a serem consumidos. Esses grupos de mulheres não são incluídos no que se deseja como a mulher ideal, mas todas seguem sendo cobradas e responsabilizadas por determinado tipo de atividade, as de reprodução.

Se as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos de reprodução, elas irão ocupar o espaço da cidade sendo pautadas por essas tarefas e serão elas as maiores prejudicadas pela precariedade dos serviços públicos como luz, abastecimento de água, redes de esgoto, drenagem, coleta de lixo e pela precariedade ou inexistência de equipamentos públicos comunitários como creches, escolas, lavanderias, cozinhas comunitárias, equipamentos e serviços diretamente ligados ao trabalho associado como feminino. São elas as mais prejudicadas, também, com a precariedade no transporte, visto que por realizarem um número maior de atividades e de caráter mais pontual, precisam fazer mais paradas para chegar a seus destinos. Para que as mulheres utilizem e vivam o espaço da cidade para o seu próprio prazer, elas precisam ter tempo e liberdade para tal; se sentir livre e à vontade para construir relações com esses (e nesses) espaços; sentir o espaço da cidade como seu e precisa, também, ter a possibilidade em sua rotina para fazê-lo.

Planejar o território a partir do entendimento das necessidades e vivências específicas das mulheres e outros grupos sociais marginalizados deve ser, portanto, debruçar-se sobre uma escala menor, menos generalista e funcional e mais atenta às diferenças. Entendendo a desigualdade de gênero e raça enquanto estrutura da cidade. As limitações para que as mulheres usufruam plenamente do espaço se constroem através da insegurança em lugares e horários como consequência específica do fato de ser uma mulher na rua, da precariedade dos meios de locomoção, da ausência de tempo para si ou para o ócio em sua rotina, da falta de representatividade que proporcionaria a sensação de pertencimento da mulher em um lugar, da lacuna imposta a ela ou a quem viva como ela nos espaços decisórios acerca do urbano, assim como da inexistência de espaços públicos pensados para suas necessidades.

⁵ Dissertação de mestrado intitulada “Das Kitandas de Luanda aos Tabuleiros da Terra de São Sebastião: conflitos em torno do comércio das quitadeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX” defendida em 2015 no IPPUR UFRJ

A utilização de dados característicos do cotidiano das mulheres para inserção de ações gerais e específicas na cidade se apresenta como passo inicial e essencial para a visibilização das diferentes formas de uso do espaço e adequação à essa pluralidade. Diversidade de funções em uma mesma área, iluminação, sinalização, mobilidade plena em distâncias curtas, acesso a serviços públicos de saúde, educação e creche nas proximidades de moradia, equipamentos de lazer com diversidade de atividades são alguns fatores urbanísticos que interferem diretamente na vida de mulheres e, mais ainda, de mulheres trabalhadoras. Fazer, então, com que esse espaço seja mais acessível e agregador para as mulheres passa, essencialmente, por proporcionar novas possibilidades de uso que incorporem as necessidades e desejos delas. A transformação no olhar do planejamento da cidade não é, portanto, excludente. Pelo contrário, ela se propõe a reafirmar a diversidade e a inclusão dos diversos corpos e relações assumindo que todo ser pertencente a essa sociedade estará localizado por suas relações de poder. Essa categorização, portanto, proporcionará uma cidade que se apresenta na busca por ser cada vez mais democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos B. MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. (Coleção Zero à Esquerda)

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. II. A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CARVALHO, José Jorge. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Série antropologia, 395. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HARDING, Sandra. **"Strong Objectivity": A Response to the New Objectivity Question**. In. Synthese, Vol. 104, No. 3, Feminism and Science, 1995.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume: 2005

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 20 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios, Síntese dos Indicadores**, 2014. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> Acesso em 01/03/2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, Raquel. **O Que É Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos)

PINHEIRO DIAS, J., VANZOLINI, M., SZTUTMAN, R., MARRAS, S., BORBA, M., & SCHAVELZON, S. **Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers**. In Rev. Antropol. São Paulo, 2016.

RENDELL, Jane. (org.) PENNER, Barbara. (org.) BORDEN, Ian. (org) **Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction**. Londres: Routledge, 2000. (Coleção [Architext](#))

SANDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Mimeo *

SILINGOWSCHI, Lea Elisa. **Direito do Trabalho da Mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática**. São Paulo: LTr, 2007.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: 2002.

SUGAI, Maria Inês. **Ações do Poder Público na Produção da Segregação Espacial**. Disponível em <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048/1023>> Acesso em 01/02/2016

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

VIEIRA, Fernando Freitas. **Das Kitandas de Luanda aos Tabuleiros da Terra de São Sebastião: conflitos em torno do comércio das quitadeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2015.